

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA COLETIVA MULHERES DA QUEBRADA

Carmem Lúcia Eiterer¹
Tatiana Neves da Silva²

Resumo: A sociedade brasileira se alicerça sobre o racismo estrutural e nas desigualdades de raça, gênero e classe social. Diante disso, é possível identificar as lutas das mulheres negras ao longo de décadas pelo reconhecimento das suas identidades e acesso aos direitos que lhes garantam uma vida digna e plena. Nesse sentido, observamos a emergência dos coletivos de mulheres negras, sobretudo a partir da década de 1980, que pautam a justiça social para essas sujeitas. O artigo que apresentamos parte dos dados produzidos em pesquisa de natureza qualitativa desenvolvida no contexto do mestrado em Educação. Pretendeu-se na pesquisa conhecer as estratégias produzidas pela Coletiva Mulheres da Quebrada com vistas à educação antirracista. A Coletiva Mulheres da Quebrada iniciou suas atividades no ano de 2018, sediada no Aglomerado da Serra, localizado na zona centro-sul de Belo Horizonte (Minas Gerais). Ressalta-se que o Aglomerado da Serra é uma das maiores favelas do Brasil, com população estimada de 50 mil habitantes. A população, de maioria negra, enfrenta a ausência de garantia de direitos básicos, tais como educação, saúde, moradia, trabalho e segurança. A pesquisa etnográfica pautou-se na observação participante e nas entrevistas narrativas com três gestoras/fundadoras da Coletiva Mulheres da Quebrada e duas moradoras do Aglomerado da Serra. O referencial teórico pauta-se em autoras e autores que dialogam a partir do feminismo negro e os resultados apontam a Coletiva enquanto espaço de aquilombamento, onde as moradoras da comunidade encontram afeto, apoio, escuta, se fortalecendo através do compartilhamento das suas dores, saberes e conquistas. Concluímos, portanto, indicando a educação antirracista promovida por esta Coletiva enquanto um conjunto de ações que conscientizam acerca da existência do racismo, mas também promovem mecanismos que o combatem e às desigualdades por ele provocadas.

Palavras-chave: Gênero, raça, educação antirracista, aquilombamento.

ANTI-RACIST EDUCATION IN THE " COLETIVA MULHERES DA QUEBRADA "

¹ Doutora em Educação pela FE-USP com pós-doutorado pela UFBA e pela UFRJ. Professora Titular em Didática atua no Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE-UFMG). Leciona Didática junto a diferentes cursos de Licenciatura na Graduação. Pesquisadora do NEJA - Núcleo de Educação de Jovens e Adultos desde 2002.

² Mestra em Educação pelo Programa De Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social (FaE/UFMG), com pesquisa desenvolvida junta a uma Coletiva de mulheres negras de Belo Horizonte, centrando nas estratégias de educação antirracista, articulando feminismo negro, decolonialidade e aquilombamento. Especialista em Educação, Diversidade e Intersetorialidade (2019) pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica (LASEB/UFMG). Graduada em Pedagogia na Universidade Federal de Minas Gerais.

Abstract: Brazilian society is based on structural racism and inequalities of race, gender and social class. Given this, it is possible to identify the struggles of black women over decades for the recognition of their identities and access to rights that guarantee them a dignified and full life. In this sense, we observe the emergence of black women's collectives, especially from the 1980s onwards, which guide social justice for these subjects. The article that we present starts from the data produced in a qualitative research developed in the context of the master's degree in Education. It was intended in the research to know the strategies produced by Coletiva Mulheres da Quebrada with a view to anti-racist education. Coletiva Mulheres da Quebrada started its activities in 2018, headquartered in Aglomerado da Serra, located in the south-central zone of Belo Horizonte (Minas Gerais). It should be noted that Aglomerado da Serra is one of the largest favelas in Brazil, with an estimated population of 50,000 inhabitants. The population, mostly black, faces the lack of guarantees of basic rights, such as education, health, housing, work and security. The ethnographic research was based on participant observation and narrative interviews with three managers/founders of Coletiva Mulheres da Quebrada and two residents of Aglomerado da Serra. The theoretical framework is based on authors who dialogue from the point of view of black feminism and the results point to the Collective as a space for the quilombamento, where the residents of the community find affection, support, listening, strengthening themselves through sharing their pain, knowledge and achievements. We conclude, therefore, by indicating the anti-racist education promoted by this Collective as a set of actions that raise awareness about the existence of racism, but also promote mechanisms that combat it and the inequalities caused by it.

1. INTRODUÇÃO

Citando a famosa frase de Angela Davis: “Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista” (DAVIS, 2016, p.44). Considerando que não há democracia de fato sem superação do racismo, a sociedade brasileira tem sido provocada a refletir sobre a importância da educação antirracista. Tais reivindicações são conduzidas sobretudo por representantes de movimentos sociais, com destaque para os coletivos populares.

A partir das lutas empreendidas pelo Movimento Negro brasileiro, um conjunto de leis antirracistas que repercutem no âmbito da escola com vistas a enfrentar o racismo estrutural foi implementado, na tentativa de reparação de uma dívida histórica. A Lei 10.639/03, que completa 20 anos em 2023, torna obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira, e a Lei 11.645/08, acrescenta a obrigatoriedade do ensino de história das culturas indígenas. Assim, reconhece-se que a história do Brasil não foi adequadamente contada: a contribuição dos povos negros e das populações originárias foram invisibilizadas pelo colonialismo eurocêntrico.

Ademais, outra conquista significativa, as leis de cotas para pessoas negras em concursos públicos e ingresso nas universidades públicas somam-se às ações afirmativas que buscam diminuir os efeitos perversos do passado escravocrata/colonial.

Reconhecendo o combate ao racismo como uma responsabilidade de toda a sociedade brasileira, e a importância de visibilizar ações dos movimentos populares em seu protagonismo na luta por políticas de reconhecimento e promoção e garantia de direitos para essa parcela da população brasileira, este artigo se debruça sobre as estratégias protagonizadas por um grupo de mulheres na construção de uma educação antirracista.

A Coletiva Mulheres da Quebrada surgiu em 2018 a partir da interlocução entre três mulheres negras: Serenata, Sinfonia em Sol Maior³, moradoras da comunidade, que questionavam o que fazer diante dos relatos das moradoras, a maioria constituída de mulheres negras, que traziam as ausências de visibilidade, de afeto e de reconhecimento, traduzidas em abandono do poder público, racismo, discriminação social e múltiplas violências. O Aglomerado da Serra, localizado na região Centro-Sul da cidade de Belo Horizonte, constitui uma das maiores favelas do Brasil, formado por oito vilas, e apesar da sua proximidade com o centro da capital mineira, carece de infraestrutura que garanta a dignidade aos seus aproximadamente 50 mil habitantes (GUIA AFETIVO DO AGLOMERADO DA SERRA,2018).

Neste cenário, a Coletiva começou a atuar com foco nas questões da saúde mental das sujeitas que moram na comunidade, criando um eixo de trabalho chamado Gotas de Cuidado, no qual psicólogas/os voluntárias/os abordam as dimensões psicossociais que impactam nessas trajetórias de vida. Com o passar

³ Seguindo a ética da pesquisa, utilizamos nomes fictícios para as mulheres protagonistas deste trabalho.

do tempo, sobretudo diante da pandemia de COVID-19, outras demandas se adensaram, e a Coletiva se engajou no combate à insegurança alimentar. Sabemos que a população negra e periférica, especialmente as mulheres, estão entre as mais atingidas pelas muitas consequências da pandemia: desemprego, impossibilidade de distanciamento social e outras muitas facetas da desigualdade que se abateu sobre elas. Durante um tempo as reuniões se mantiveram no formato remoto. Após a flexibilização do isolamento ocasionado pela pandemia, os encontros presenciais na sede da Mulheres da Quebrada tiveram início, com variadas abordagens e temáticas, as quais apresentamos neste artigo.

Atualmente, a Coletiva é formada majoritariamente por mulheres negras, que trabalham de forma voluntária. As voluntárias advêm de múltiplas atuações: artistas, professoras, pesquisadoras, assistentes sociais, donas de casa. Cabe ressaltar que as moradoras do território, afetadas⁴ pela Coletiva são em grande parte negras, trazendo consigo as marcas do racismo numa sociedade que teima em colocar as mulheres negras à margem.

O texto aqui exposto deriva de uma pesquisa de mestrado em Educação, desenvolvida entre os anos de 2021/2022. Pretendeu-se compreender a natureza das ações que a Coletiva Mulheres da Quebrada desenvolve e suas repercussões nas vidas das moradoras do Aglomerado da Serra (Belo Horizonte - MG). O estudo de natureza qualitativa apoia-se em pesquisa etnográfica, com intensa imersão e registro sistemático no diário de campo. Além disso, foram realizadas entrevistas narrativas com as três fundadoras da Coletiva e duas moradoras da comunidade em questão. Nessas entrevistas buscou-se interferir minimamente nas falas das sujeitas, escutando seus relatos, a partir de tópicos que orientaram as conversas. O referencial teórico adotado dialoga com o feminismo negro e os estudos decoloniais, produções dos povos historicamente silenciados na produção do conhecimento acadêmico: negras/os, mulheres, latino-americanas/os, africanas/os.

2. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA COLETIVA MULHERES DA QUEBRADA

De acordo com Angela Figueiredo, “o Estado não assegura os direitos mínimos, o que torna a tarefa das mulheres negras demasiada, pois, é preciso assegurar a sobrevivência da população negra em sua dimensão cotidiana, e no limite, como espécie humana” (FIGUEIREDO, 2018, p.1094-1095). A Coletiva Mulheres da Quebrada se organiza nessa tarefa, na perspectiva de potencializar a existência das mulheres do território, em eixos de trabalho: Gotas de cuidado; assistencial; arte e educação. Descrevemos a seguir algumas das ações que se desenvolvem.

⁴ A inserção do termo “afetadas” neste artigo deriva do afeto, um dos principais elementos presentes no trabalho da Coletiva Mulheres da Quebrada.

Uma das frentes de atuação da Coletiva é o autocuidado e a saúde mental das mulheres residentes na comunidade onde atua. O eixo Gotas de Cuidado organizou semanalmente no período noturno, durante o primeiro semestre de 2022, um grupo chamado “Perdas e Lutos”. Neste grupo, as moradoras da comunidade compartilham suas dores pelas perdas de um/a companheiro/a, filho/a, representando um momento de trocas e acolhimento. Ressalta-se que grande parte dessas sujeitas são negras, e nesse sentido, citamos Vilma Piedade, nos lembrando que “tem uma dor constante que marca as Mulheres Pretas no cotidiano – a dor diante de uma perda. E, nesse jogo cruel do Racismo, quem perde mais? Quem está perdendo seus filhos e filhas? Todos Pretos. Todas Pretas” (PIEDADE, 2018, p. 14).

Destacamos que, de acordo com dados do Atlas da Violência, publicado em 2021, no ano de 2019, negras e negros (soma dos pretos e pardos conforme a classificação do IBGE), representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de 29,2 homicídios por 100 mil habitantes. Comparativamente, entre os não negros, a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior à de uma pessoa não negra. Diante do exposto, no ano citado, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras.

No segundo semestre de 2022, a temática abordada pelas psicólogas da Coletiva foi violência doméstica contra a mulher e os impactos do isolamento social provocado pela COVID-19, no aumento dos casos desse tipo de violência. Percebendo que muitas dessas mulheres não se compreendiam dentro de um processo de violência e violações, elaborou-se o “Ciclo de Debates-Faces da Violência”, que reuniu profissionais de variadas áreas de atuação (serviço social, saúde, direito e educação), tecendo conversas, escuta de reflexões com as moradoras do Aglomerado da Serra. Esses encontros são sempre divulgados nas redes sociais da Coletiva, e os retornos das moradoras demonstram a diferença nas suas vidas, sendo um lugar de escuta, afeto, proteção. No nosso entendimento, cuidar da saúde mental das mulheres negras e acolher suas dores, representa uma importante estratégia de educação antirracista, de (re) existência numa sociedade marcada pelo racismo e suas repercussões que atingem as mulheres negras cotidianamente.

A Coletiva combate a insegurança alimentar, com a distribuição de 200 cestas básicas mensalmente e ainda, na divulgação de vagas de emprego. Outra frente é o enfrentamento da pobreza menstrual, diante da oferta de produtos de higiene íntima e discussão da temática nos encontros, nas redes sociais. Todas as doações são buscadas através de parcerias, que são redes de apoio que doam materiais ou dinheiro, como nas muitas campanhas do Pix solidário.

Citamos ainda as mobilizações engendradas pela Coletiva junto às mulheres da comunidade, em busca da melhoria da qualidade de vida dessas sujeitas e do lugar onde vivem. Entre as pautas estão: a precariedade do transporte público, dos serviços de saúde, a degradação ambiental diante das investidas mineratórias predatórias na Serra do Curral, que entremeia o Aglomerado da Serra, a ausência de infraestrutura adequada que atenda esse vasto território. Essas discussões extrapolam a comunidade, sendo expandidas a diversos

outros setores da sociedade, através de textos produzidos pela Coletiva em conjunto com as moradoras. Os intensos diálogos acontecem com sociedade civil, parlamentares, representantes da justiça, fomentando na construção de ações que tensionam a lógica colonial que experimentamos na realidade brasileira, ancorada no racismo e no patriarcado. Dentre reflexos dessas movimentações, citamos a Audiência Pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em junho de 2021, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, coordenada por uma deputada estadual, que considerou as demandas das moradoras levadas pela Coletiva, provocando conselheiros, secretários, dentre outros.

A Coletiva está presente nas redes sociais onde divulga suas parcerias e campanhas, realiza ainda um trabalho em escolas públicas na perspectiva antirracista, aprofundando questões identitárias. Nos projetos desenvolvidos nas escolas, a Coletiva busca trazer as mulheres do Aglomerado da Serra para o lugar de protagonismo, ministrando oficinas para docentes e discentes. Essas oficinas tematizam o cabelo crespo, a relação com as ervas, a dança, o teatro. Buscando a valorização e resgate das identidades, a Coletiva Mulheres da Quebrada realizou em 2022, oficinas de fotos e selfies das mulheres participantes das rodas de conversa na sede. Nestes momentos, foi possível essas sujeitas se reconectarem com suas imagens, reconhecendo-se únicas. Além disso, promoveu-se a inserção digital das mulheres, já que muitas delas não sabiam operacionalizar os aparelhos celulares, e uma parte não dispunha de telefones.

Figura 1-Oficina de fotos/selfies



Fonte: Acervo das autoras, 2022.

Ainda, desde o início de 2022, a Coletiva desenvolve o “Projeto Mulheres que Dançam”, que consiste em vivências de dança com as mulheres do local. O objetivo é resgatar a relação positiva das participantes com seus corpos, a partir da música e movimento. Junto a isso, aborda-se aspectos da corporeidade negra, e valoriza-se estilos musicais da diáspora africana: afrodance, funk, danças urbanas.

Entendemos que, o “Projeto Mulheres que Dançam” constitui um reencontro com as identidades negras e resgate de saberes da diáspora africana, que foram sumariamente silenciados pelo sistema eurocêntrico colonialista. A nosso ver, a dança faz parte da arte e identidade afro-brasileira, que historicamente foi tratada do ponto de vista do exotismo, da outoridade. A corporeidade negra, no entanto, “recupera os saberes inscritos no corpo e, na comunhão destes, expressa sentidos de resistência e atos de rebeldia” (SOTERO; PEREIRA; SANTOS, p. 1321). O corpo negro é político, e precisa ocupar os lugares, mostrando toda a sua potência.

O corpo negro, constituído como corporeidade participa das redes sociais, da ocupação do espaço público e cerimônias com o objetivo de comunicar a cultura e a história afro-brasileira por meio de danças, ritmos, músicas, mas também de narrativas e outras formas de sentir e perceber o mundo que integram outras maneiras de aprender-ensinar-criar. Os eventos que reúnem corpos e tornam visíveis a corporeidade negra são momentos de composição de outras narrativas sobre si mesmos, pois, nestas ocasiões, apresentam processos criativos de formação de conhecimentos sociais, compartilhamento de saberes políticos e colaboração para melhor viver nos territórios onde habitam (SOTERO; PEREIRA; SANTOS, 2021, p. 1323).

O racismo se apresenta de variadas formas: epistêmica, religiosa, científica, institucionais. No combate a essas facetas do racismo, a dança se apresenta enquanto cultura de resistência. “Quando diverge do padrão estabelecido, o outro é o étnico que foge à suposta norma e ao modelo. O racismo se molda em muitas variantes, inclusive na cultural” (FERREIRA, 2018, p.52).

A seguir trazemos dois depoimentos, através deles percebemos que a Coletiva Mulheres da Quebrada representa um lugar de troca, reconhecimento, fortalecimento das sujeitas que são afetadas por suas ações. Verificamos a importância que assume o trabalho realizado pela Coletiva para a vida das mulheres do território. Mostramos a seguir um trecho da entrevista de Melodia, moradora do Aglomerado da Serra, mulher negra e transgênero, proprietária de um salão de beleza. Ela explicita como as ações da Coletiva repercutiram na sua trajetória de vida, como lugar de escuta e apoio nos seus enfrentamentos cotidianos:

A Coletiva me auxilia de várias formas. Quando começaram essas reuniões, foi uma forma... na época que começou, nem eram Mulheres da Quebrada. Era só reunião que elas faziam. Mas, ali, eu vi uma forma de eu poder expor o que eu pensava sobre meu trabalho. Na época, quando elas começaram, como eu morava lá em cima, em lugar que era dito que só tinha pessoas evangélicas, elas tinham um pouco de preconceito com meu trabalho. Então, eu podia estar sempre ali relatando que eu ficava indignada com esse povo. Não gostavam das pessoas que saíam da minha casa com trança. Elas foram me ajudando nisso: "então a gente vai vir sempre, vai estar te ajudando nisso, pode falar com a gente na hora que quiser". Elas me ajudaram para poder desabafar. Com o passar do tempo, a vida foi criando ocasiões, veio a fase da depressão, veio a fase do problema com minhas filhas, e a Coletiva me auxilia nesse quesito. É um lugar em que eu posso chegar, expressar o que estou sentindo, falar o que estou

pensando e ser ouvida. A maioria das pessoas viram para a gente e falam assim: "eu sou sua amiga". Se você senta do lado dela e quer... tudo bem, a pessoa tem o direito de falar e você ouvir, a pessoa tem o direito de ouvir e você falar, é uma via de mão dupla. Quando as pessoas te contam seu problema e você ouve, tudo bem. Quando eu queria desabafar, pessoalmente na fase das minhas filhas, as pessoas falavam que eu tinha me tornado uma pessoa chata e se afastaram de mim. Eu encontrei essa força na Coletiva para poder desabafar sobre isso. Inclusive, indicaram um psicólogo, e eu fiz tratamento com esse psicólogo até janeiro (MELODIA, março, 2022).

A seguir trazemos o depoimento de uma gestora da Coletiva. Quando questionada sobre as estratégias para a promoção de uma educação antirracista construídas por elas, Serenata, mulher negra, uma das fundadoras da Coletiva relata que esta dimensão está presente em todas as ações do grupo que atende uma população composta em sua maioria por mulheres negras trabalhadoras domésticas estigmatizadas por questões de gênero, raça, classe e local de moradia.

Eu acho que ele é muito junto com tudo que a gente faz, porque uma coisa que você falou aí, a gente lida majoritariamente com mulheres negras, eu posso chutar aqui, mas chutar aqui, mas chutar com muita propriedade que 75% das nossas mulheres são negras, 79, são negras, algumas que inclusive nem se reconhecem enquanto negras, e essas mulheres... E a gente fica falando assim, para além do assistencialismo, para além dos atendimentos, a gente pauta também os nossos encontros, quanto a gente já sofreu racismo em outros lugares por sermos mulheres, por sermos negras e por sermos faveladas. A gente tem mulheres aqui dentro que foram mandadas embora porquê... aí tem essa questão do machismo também, porque eram duas mulheres no emprego, uma foi mandada embora, que é a negra, e foi justificada que a outra precisa do emprego porque ela precisa cuidar da família, e era branca, não foi explícito, mas a mulher preta também era uma mulher preta que morava também em uma favela, e também tinha uma família para sustentar. Por que a branca não foi mandada embora e a preta foi mandada embora? Mulher da Coletiva. E a gente pauta isso nas nossas conversas, porque, muito para além do que a gente entrega de doação para as mulheres, que a gente vê esses corpos negros aqui, a gente vê os corpos negros sendo, até hoje, são usados outros termos, escravizados. A gente vê a maioria dessas mulheres, quando a gente vem com a pauta do emprego, do subemprego, são todas faxineiras, ou são faxineiras, ou estão na mesma função que uma outra mulher, ou como homem, e que recebem muito menos. E tudo isso no meio de uma roda de conversa que a gente vai provocando nessas mulheres, a gente vai ouvindo, a gente vai ouvindo histórias bizarras, de coisas que a gente, inclusive, já viveu também, e muitas coisas a gente fica pensando assim (SERENATA, abril, 2022).

Nesse contexto, entendemos que existe um compartilhamento das dores, das vitórias, dos afetos. Corroborando Angela Figueiredo, vemos que "as mulheres negras têm buscado estratégias coletivas para enfrentar as desigualdades, inclusive estabelecendo arenas para agir com autonomia" (2021, p.19). Também Sueli Carneiro (2019) enfatiza que compartilhar é um verbo que as mulheres negras conjugam. Em suas palavras:

Fomos privatizadas por longos tempos, confinadas ao espaço feminino, da cozinha, do lar dos haréns. Aí aprendemos a compartilhar dores, medos e inseguranças desconhecidos pelos homens; e isso nos ensinou outro tipo de solidariedade e de sociabilidade que devemos aportar a um Tempo Feminino. Compartilhar é um verbo que as mulheres conjugam em maior escala do que os homens, e de um jeito mais doce (CARNEIRO, 2019, p. 128).

Assim, cremos que despertar a solidariedade, a união e apoio mútuo constitui a Coletiva Mulheres da Quebrada como espaço de aquilombamento. Sol Maior, mulher negra, fundadora e gestora entrevistada, pontua a necessidade de aquilombar, de existir plenamente em espaços onde seja possível estar viva, livre da vigilância constante.

Recorrendo a Stéfane Souto (2021) verificamos que conceitua o aquilombamento a partir da criação de locais orientados pela segurança, acolhimento, fortalecimento e paz na coletividade. Nesses espaços de aquilombamento, seria possível avançar para outros modos de resistir e existir,

[...] compartilhar vivências, obter suporte, costurar alianças, alavancar projetos, reconhecer e curar feridas, tecer estratégias, planejar levantes, trocar informações, instruir-se uns aos outros. Local onde é possível o recuo e é desejado o avanço. O ato de se aquilombar compreende a necessidade de traçar caminhos desviantes e desafia a organização social neoliberal que ordena a separação dos corpos e a individualização das coletividades, formando e renovando continuamente uma inteligência coletiva (SOUTO, 2021, p. 157).

No Aglomerado da Serra, território tão estigmatizado pela mídia e abandonado pelo poder público, a Coletiva Mulheres da Quebrada ressignifica as vidas de quem por ela passa diariamente. A Coletiva é assim um sujeito de educação antirracista e aquilombamento, em cada ação para o fortalecimento das mulheres afetadas, no enfrentamento das desigualdades que as subjugam e nas ausências do Estado.

3. CONCLUSÃO

Conforme Núbia Moreira (2007), o movimento de mulheres negras no Brasil se fortalece a partir da década de 1980, diante da ausência de espaço para discussões étnico-raciais entre as feministas brancas, que apesar dos avanços pela inserção da mulher no mercado de trabalho, direito ao voto, acesso à educação, ainda encontrava-se centrado em pautas universais. “Paradoxalmente, um movimento que se insurge contra a opressão e a invisibilidade de um segmento social, viria, ao longo de sua construção, não abordar especificidade no que diz respeito à mulher negra” (MOREIRA, 2007, p.55). Nessa mesma direção, bell hooks (2019) defende que o feminismo deveria ser uma luta para erradicar a opressão sexista, e além disso, combater todas as outras formas de opressão que atravessam essas sujeitas como raça e classe.

Diante da ausência das suas pautas no movimento feminista brasileiro, as mulheres negras buscam um espaço de representação política/social, demandando olhares para as especificidades atreladas à gênero e raça: moradia, emprego, creche para as suas crianças, alimentação. Segundo Carla Akotirene,

contrariando o que está posto, o projeto feminista negro, desde sua fundação, trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global. Indistintamente, seus movimentos vão, desde onde estejam as populações de cor acidentadas pela modernidade colonialista até a encruzilhada, buscar alimento analítico para a fome histórica de justiça (AKOTIRENE, 2020, p. 16).

Verificamos as lutas por protagonismo das mulheres negras no III Encontro Feminista Latino-Americano, realizado na cidade de Bertioga (São Paulo), em 1985. Este evento teve como tema central o feminismo e racismo na sociedade brasileira, e a partir de então, inicia-se a organização das mulheres negras no campo das ações coletivas, originando diversos coletivos populares por todo o país. Podemos destacar ainda na década de 1980, a criação do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras. Esse coletivo funda-se a partir da iniciativa da intelectual e ativista Lélia Gonzalez, tendo como espaço de atuação o Morro dos Cabritos, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, e trazendo entre seus pilares o trabalho com mulheres de baixa renda, na perspectiva do questionamento sobre a divisão sexual e racial do trabalho, que inseria as mulheres negras em profissões desvalorizadas socialmente: babás, cozinheiras, empregadas domésticas. Refletia-se também sobre as múltiplas violências sofridas pelas mulheres negras: estupros, mortes. Dentre as suas colaboradoras, o Nzinga agregava sujeitas de diversas experiências associativas (movimento negro, movimento feminista, associação de favelas, dentre outras). O Nzinga mostrou na prática o desenvolvimento de um movimento social articulando as categorias de gênero, raça e classe social, tornando-se referência para outros coletivos de mulheres negras.

Dentre os marcos para o movimento de mulheres negras brasileiro, citamos ainda a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, sediada na cidade de Durban, na África do Sul, de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Esse evento contou com a participação de várias organizações de mulheres negras do Brasil, que fizeram uma articulação para visibilizar as formas de opressão enfrentadas por essas sujeitas no contexto brasileiro, resultado do entrecruzamento do racismo e sexismo. Essa intensa mobilização dos coletivos para ida à Durban mostrava uma pressão por políticas públicas que contemplassem pautas específicas das mulheres negras.

Outro importante marco na articulação das mulheres negras brasileiras foi a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência, e pelo Bem Viver, ocorrida na cidade de Brasília, em 2015. Nessa marcha, cerca de 50 mil mulheres estiveram presentes nas ruas da capital federal, com palavras de ordem que denunciavam os abusos do Estado brasileiro; a violência policial; a precariedade do acesso à saúde, à educação, ao emprego, entre outras

questões na difícil sobrevivência da população negra, sobretudo as mulheres negras. As demandas da Marcha estão contidas na “Carta das Mulheres Negras”, entregue à presidenta Dilma Rousseff. Segundo Angela Figueiredo (2018), algumas dessas demandas incluem um novo projeto civilizatório

[...] direito à vida e à liberdade; promoção da igualdade racial; direito ao trabalho; direito à educação; direito à justiça; direito à moradia, à terra e à cidade; direito à segurança pública e direito à cultura; e, o que nos parece verdadeiramente mais subversivo, do ponto de vista de um projeto político: em coro, nós, mulheres negras, exigimos um novo projeto civilizatório! (FIGUEIREDO, 2018, p.1092).

Neste artigo, apresentamos o trabalho da Coletiva Mulheres da Quebrada, que soma-se a estes outros que a precederam, com vistas à educação antirracista e suas repercussões nas vidas das moradoras do Aglomerado da Serra. Essas moradoras, em sua maioria negras, experienciam o racismo sobre variadas facetas, seja numa seleção de emprego, nas desigualdades de acesso aos direitos. Neste contexto, a Coletiva fortalece essas sujeitas, combatendo as consequências do racismo e levando-as a perceber e questionar a sociedade fundamentada no racismo estrutural.

Concluimos que a Coletiva desempenha papel fundamental na vida dessas mulheres, constituindo-se um espaço no qual elas encontram abrigo, afeto, apoio, escuta, o poder de fala. Essas sujeitas foram sumariamente silenciadas e invisibilizadas ao longo das suas trajetórias, por serem mulheres, negras, moradoras de favela e, a Coletiva atua para empoderar cada mulher que passa pelos encontros, mostrando que todas merecem viver dignamente, na contramão do racismo cotidiano. Essas mulheres constroem juntas estratégias de enfrentamento ao racismo, numa rede de apoio extensa e mútua, na qual cada uma aprende a se reconhecer enquanto seres de direito: direito sobretudo à existência plena, acessando espaços e condições que lhes garantam dignidade.

4.REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Larissa. Corpos moventes em diáspora: dança, identidade e reexistências. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 11, n. 27,2019, p. 50-63.

FIGUEIREDO, Angela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista**

Direito & Práxis, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, p. 1080-1099, 2018.

FIGUEIREDO, Angela; LEITE, Naiara. Nosso tempo é agora! Mobilização política e

transformações das imagens de controle das mulheres negras. **Revista Ecopós**, v. 24, n.

1, 2021.

GUIA AFETIVO DO AGLOMERADO DA SERRA. **Projeto Circuito SERRA: transitando na quebrada**, 2018.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência**.

<<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375atlasdaviolencia2021completo.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2022.

MOREIRA, Nubia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. 2007. 121p.

Dissertação (mestrado)-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/278996>>. Acesso em: 02 jan.2023.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2018.

SOTERO, Edilza Correia; PEREIRA, Ilaina Damasceno; SANTOS, Sonia Beatriz dos. Pedagogias negras: o antirracismo, o bem viver e a corporeidade. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 46, n. 3, p. 1314–1329, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/70669>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

SOUTO, Stéfane. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 142–159, 2021. Disponível em:

<<https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/44151>>. Acesso em: 10 set. 2022.